



QUEDA DE PONTE

Buscas por vítimas chegam ao 9º dia

Bombeiros localizaram ontem o corpo da décima vítima, outras sete seguem desaparecidas no Rio Tocantins

» RAFAELA GONÇALVES

Chegou ao 9º dia a operação que tenta localizar as vítimas do desabamento da ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, que liga o Maranhão ao Tocantins. A Marinha do Brasil e o Corpo de Bombeiros localizaram ontem o corpo da décima vítima, outras sete continuam desaparecidas.

O trabalho havia sido suspenso na última sexta-feira por conta do risco de desabamento do que sobrou da estrutura, mas foi retomado no sábado. Conforme nota divulgada à imprensa pela Marinha, um outro corpo, que foi localizado na última quinta-feira, mas ainda não tinha sido resgatado pela complexidade da posição em que estava e pela interrupção do trabalho de mergulho no rio, foi removido neste domingo.

“No local das buscas, a Marinha conta com 87 militares, além dos 20 militares que participam remotamente, em Belém-PA, do planejamento e da logística da operação. Os Corpos de Bombeiros Militares do Pará, Tocantins e Maranhão seguem apoiando a operação”, diz a instituição.

A ponte, que tem 533 metros de vão e foi construída há mais de 60 anos sobre o Rio Tocantins para ligar o Tocantins ao Maranhão, desabou em 22 de dezembro. Segundo a Polícia Militar do Tocantins, ao menos quatro caminhões, três carros e três motocicletas que estavam sobre a estrutura caíram no rio. Dois caminhões carregavam ácido sulfúrico e um deles, defensivos agrícolas.

Oito mergulhadores altamente experientes do Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) foram escalados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para integrar a missão de resgate. A equipe levará, além da expertise, um equipamento especializado capaz de refluatar até 22 toneladas de material submerso.

A ferramenta de refluatação é utilizada especificamente em operações de resgate subaquático e contém grandes bolsas que, uma vez infladas, geram uma força de subida suficiente para

Divulgação/CBMDF



O CBMDF levará para o Maranhão equipamento capaz de refluatar até 22 toneladas, ferramenta vai auxiliar no resgate e remoção de veículos



Todos os bombeiros escalados são altamente capacitados e carregam uma vasta bagagem de atuação em missões humanitárias. São profissionais com bastante experiência, tendo atuado em diversas operações, incluindo o resgate às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul”

Capitão Ramon Lauton, chefe da delegação do CBMDF

levantar objetos pesados do fundo do rio. O sistema é especialmente projetado para operações em águas profundas, como as do Rio Tocantins, onde a ponte desabou.

O equipamento de refluatação irá reforçar o trabalho dos bombeiros do DF na remoção

dos veículos e na busca por vítimas que caíram no Rio Tocantins. Entre os militares convocados, está o subtenente Danilo Brites, o mais experiente mergulhador do Corpo de Bombeiros em atividade.

“Todos os bombeiros escalados são altamente capacitados

carregam uma vasta bagagem de atuação em missões humanitárias. São profissionais com bastante experiência, tendo atuado em diversas operações, incluindo o resgate às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul”, detalha o capitão Ramon Lauton, chefe da delegação.

Investigação

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) informou, em nota, que as causas do colapso na ponte serão investigadas e que a reconstrução da ponte será feita o mais rápido possível.

A Polícia Federal também abriu inquérito para investigar as responsabilidades. A estrutura faz parte de um eixo rodoviário importante para a região Norte, por ser ponto de travessia das rodovias BR-226 (Belém-Brasília) e

BR-230 (Transamazônica).

Neste momento, com a interdição da passagem, os motoristas que trafegam pela região devem seguir por rotas alternativas, como a estrada que vai de Darcinópolis a São Bento, no Tocantins. Dali é possível chegar a Imperatriz, no Maranhão. O motorista que segue do Maranhão deve acessar a BR-266 em Estreito, até Porto Franco, seguindo para Imperatriz.

A Marinha, que havia chegado a divulgar 11 mortes, atualizou o número após a identificação do corpo encontrado no final da tarde de sexta. Foi concluído que se tratava de um dos corpos identificados em um dos veículos sob os escombros, que já havia sido identificado pelos mergulhadores no dia anterior. Ao todo, o acidente deixou 18 vítimas, uma delas foi resgatada com vida. **(Com Agência Estado e Agência Brasília)**

GUARUJÁ

Réveillon de luxo para o casal Nardoni

Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá vão passar o réveillon juntos em um condomínio de luxo no Guarujá, litoral de São Paulo. Os dois obtiveram autorização da Justiça para passarem a virada do ano com familiares, no condomínio de alto padrão, banhado pela Praia do Mar Casado. Eles foram condenados a 30 e 26 anos de prisão, respectivamente, pela morte da filha dele, Isabella, em 2008, e cumprem pena em regime aberto.

No regime aberto, o condenado precisa trabalhar ou estudar durante o dia e ficar recolhido em casa à noite e nos fins de semana. Para mudar de endereço, viajar ou estudar à noite, por exemplo, é preciso de autorização judicial.

A defesa de Nardoni pediu autorização para que ele pudesse passar as férias ao lado da família, na mansão do pai dele, na praia. Segundo os defensores, Alexandre tem dois filhos que estão de férias no local, no mesmo período, e que a ida do pai com eles permitiria “restabelecer um convívio mais próximo com os filhos, que cresceram sem a presença do pai”.

Na petição, a defesa lembra que o pedido estava em conformidade com um dos objetivos previstos na Lei de Execução Penal, que é a ressocialização dos condenados.

Na decisão, a juíza Gabriela Marques da Silva Bertoli afirma que, tendo em vista o cumprimento regular do regime aberto, autoriza o sentenciado a empreender viagem para a cidade de Guarujá no período de 23 de dezembro de 2024 a 3 de fevereiro de 2025.

Condições

A juíza determina que ele compareça data e horário de ida à praia e de retorno à capital, onde reside, sob pena de revogação do benefício. Nardoni já comprovou no processo ter passado pelo pedágio da rodovia Imigrantes, em direção ao Guarujá, no último dia 23, às 15h28.

Ela destaca ainda a obrigatoriedade de Nardoni se recolher entre 20h e 6h da manhã e não frequentar bares, casas de jogo e outros locais incompatíveis com o benefício do regime aberto. O Ministério Público de São Paulo não se opôs à viagem de férias de Nardoni. Os pedidos à Justiça foram feitos pelos dois sentenciados, mas o processo de Anna Jatobá tramita em segredo de Justiça, segundo o TJSP.

Anna Carolina foi beneficiada com a progressão para o regime aberto em junho de 2023, após cumprir 15 anos da pena na prisão. Nardoni, com quem ela era casada quando Isabella foi morta, obteve a mesma progressão em maio deste ano. Ele ficou 16 anos preso.

Na petição, seu advogado lembrou que o pedido estava em conformidade com um dos objetivos previstos na Lei de Execução Penal, que é a ressocialização dos condenados.

Após ser beneficiado pelo regime aberto, Nardoni abriu uma MEI (Micro Empresa Individual) na capital paulista e declarou que iria trabalhar como promotor de vendas de apartamentos. Em março deste ano, Alexandre Nardoni e Anna Jatobá foram padrinhos de um casamento, na zona norte de São Paulo, com autorização da Justiça.

Desde que deixou a prisão, Anna passou a viver em apartamento de Antônio Nardoni, pai de Alexandre, na zona norte da capital paulista.

CHUVAS

Governo abre crédito extraordinário para o RS

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de lançar um fundo de R\$ 6,5 bilhões para apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul na última semana, o Executivo abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 525,71 milhões para mitigar os impactos das chuvas que devastaram o estado em abril e maio deste ano. Essa modalidade orçamentária é usada em caso de despesas imprevisíveis e urgentes.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou duas medidas provisórias para a liberação dos recursos. Eles serão destinados aos ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR); Cidades e Desenvolvimento Regional (MIDR).

No caso do MDS, são R\$ 168,26 milhões para medidas

consideradas emergenciais. Os recursos vão, por exemplo, para o Fundo Nacional de Assistência Social, para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos e da Renda Mensal Vitalícia (RMB).

Outros R\$ 34,51 milhões também irão para o MDS com o objetivo de reconstruir a rede socioassistencial no Rio Grande do Sul. Os recursos servirão ainda para recuperar unidades do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no montante de R\$ 13 milhões, além da recuperação de infraestrutura e assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com R\$ 57,98 milhões.

Há, ainda, a previsão de concessão de crédito-instalação às famílias beneficiadas pelo Incra (são 7.232), que custará R\$ 120,19 milhões; e apoio através do MIDR a famílias desalojadas ou desabrigadas no RS por calamidade pública ou situação de

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Centro histórico de Porto Alegre alagado em maio deste ano

emergência (R\$ 71,75 milhões).

Há, ainda, R\$ 60 milhões para restabelecimento do sistema metroviário da Empresa de Trens Urbanos Porto Alegre S.A. (Trensurb). Depois das chuvas que

devastaram diversos municípios do Rio Grande do Sul em abril e maio, parte do sistema já havia voltado a funcionar, mas algumas estações só tiveram as atividades retomadas na última semana.

» Relembra a tragédia

As chuvas no Rio Grande do Sul se intensificaram no fim de abril e causaram estragos durante todo o mês de maio, sendo a maior tragédia climática da história do estado. Ao menos 183 pessoas morreram e 27 desapareceram, segundo dados da Defesa Civil do Estado. Foram 478 municípios e 2,4 milhões de pessoas afetadas. O Lago Guaíba, que banha 14 municípios gaúchos — incluindo a capital Porto Alegre —, atingiu sua máxima histórica e superou o nível da cheia histórica de 1941: 5,37 metros contra 4,75 metros daquele ano. Algumas zonas de Porto Alegre ficaram mais de 20 dias alagadas. Até setembro deste ano, o governo federal já havia destinado R\$ 98,7 bilhões para ações emergenciais e para a recuperação da infraestrutura no estado.